



Foto: José de Souza Martins - "Vidraça"

Cerâmica São Caetano (2002).

DEPOIMENTOS



MARTINS: pessoa de pensar

MARTINS: person of thinking

Margarida Maria Moura
Universidade de São Paulo

Trecho de vida

Foi Moacir Palmeira, meu orientador de mestrado no Museu Nacional (RJ), quem primeiro lançou a ideia de minha ida à Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas Da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) em busca de um doutorado sob a orientação de José de Souza Martins.

Comunico-me com Roberto Cardoso de Oliveira, também meu professor no Museu Nacional, que me felicita pela busca de um doutoramento sob a orientação “deste excelente sociólogo que é o Martins”.

Escrevo então à secretária da Faculdade de Filosofia, Noemy Pinheiro, pedindo informações de caráter administrativo, que me responde afirmando que o professor dispõe de uma única vaga e exige um projeto de pesquisa, além de um currículo e o histórico escolar. Haverá também uma entrevista.

Tudo corre excepcionalmente bem. Dois meses depois, recebo uma carta do Martins que dizia:

Seria realmente interessante se a gente pudesse se encontrar [...]. Sugiro que você venha diretamente à nossa casa (Rua B, nº 2, travessa da Av. Corifeu de Azevedo Marques, 4100, Vila São Francisco, Bairro Butantã, perto da USP). [...] Você pode mencionar no seu relatório do CNPq que é minha orientanda no programa de doutoramento, pois isso já é oficial¹.

¹ Carta de José de Souza Martins, datada de 12 de outubro de 1976.

Nesta ocasião, Martins sugere que eu publique minha dissertação de mestrado na coleção que ele então dirigia na Hucitec, denominada Realidade Social. Propõe igualmente fazer a “orelha” deste trabalho, denominado *Os Herdeiros da Terra* (Moura, 1978), já que o prefácio foi entregue ao já mencionado professor Roberto Cardoso de Oliveira. Cito um trecho do texto escrito:

A reprodução da condição camponesa, conforme observa o autor, depende de que o pequeno produtor independente solucione a contradição entre uma prole numerosa necessária à constituição da força de trabalho do empreendimento familiar e a necessidade oposta, para preservação desse tipo de economia, que é de evitar a fragmentação do estabelecimento rural. Ora, o Código Civil estabelece igualdade dos filhos de diferentes idades e dos dois sexos na obtenção da herança, o que entra em conflito com a preservação e reprodução do campesinato do tipo que aqui se analisa. [...] Nesse plano, as relações de propriedade combinam-se com as relações de parentesco, o que por sua vez explicita o sentido de campesinato. [...] Essa combinação expressa a divisão do trabalho que define não só as obrigações distintas entre si do homem e da mulher, mas também o mundo do trabalho de cada um. [...] Sendo a terra o meio de produção fundamental da economia camponesa e sendo ela o instrumento de trabalho do homem, esta não se liga a mulher, e em consequência, nada que diga respeito à propriedade fundiária. A conciliação entre as prescrições do Código Civil e as necessidades de reprodução da condição camponesa, se dá, como resultado, pelo estabelecimento de regras de acesso preferencial do homem à terra.

O projeto de pesquisa para o doutoramento versava sobre o processo de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais e refletia nitidamente uma vocação etnográfica, que florescera sob a orientação segura de Moacir Palmeira, no Museu Nacional, e cuja semente havia sido lançada por minha mãe, a antropóloga Maria Júlia Pourchet, nos seus trabalhos de campo na sociedade Kaingang, a quem eu sempre acompanhava em minha infância.

Isto agradou enormemente meu novo orientador. Nossos contatos se tornam frequentes; estavam lançadas as sementes iniciais da futura tese (e futuro livro), *Os Deserdados da Terra* (Moura, 1988). Sinto forte motivação pela disciplina que o professor dá às quintas-feiras, denominada Sociologia da Realidade Agrária, enraizada na

leitura de *O Capital*, de Marx, porque sou constantemente convidada, bem como meus colegas, a apresentar questões de trabalho de campo para fins comparativos e interpretativos com as questões metodológicas colocadas pela linhagem do mesmo.

Como moro no Rio e tenho já dois filhos muito pequenos, Martins me escreve em seguida:

Sei que vai ser duro para você essa viagem praticamente no meio da semana, poderá ser uma grande chateação. Agrava o fato de que nossos encontros serão semanais e não quinzenais como imaginei a princípio [...] A proposta é lermos o 1º tomo mais o capítulo inédito neste semestre. No segundo semestre, dentro de um esquema informal, pretendemos enfrentar o 2º e o 3º tomos. Vamos ver se isso é exequível. O esquema é de lermos umas 100 páginas semanais. O 1º encontro já foi realizado. No 2º, na próxima 5ª feira, encerraremos a primeira secção. [...] Aí vai um grande abraço para você e o Gerson. José de Souza Martins².

Compro *O Capital* na edição francesa das Éditions Sociales (Marx, 1974) e começo minha trajetória Rio de Janeiro-São Paulo-Rio de Janeiro. De trem noturno, favorito desde a infância. Mas como vale a pena! A excelência da disciplina não é só teórica, o que já o recomenda como um conhecimento fino, da parte de Martins, da obra de Marx. A excelência se mostra sobretudo nos encontros periódicos sobre meu trabalho de campo no Vale do Jequitinhonha, sertão de Minas Gerais, bem como as cartas enviadas a mim, então aluna, avaliando, criticando e dando sugestões sobre a minha etnografia nascente. Foram várias.

Descubro em meu professor um atencioso e minucioso interesse pelos meus diários de campo. Repete constantemente que me aceita como antropóloga. E ele, por seu turno, mantém seu vínculo enraizado na Sociologia: suas leituras teóricas são sociológicas, suas leituras “de campo” também o são. Suas sugestões de leitura são pautadas por esta filiação intelectual principal: além de Marx, foi por suas expressas recomendações que li então (ou reli, já que minha graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tinha sido feita no curso das Ciências Sociais, e o mestrado em Antropologia Social,

2 Carta de José de Souza Martins, datada de 21 de março de 1977.

no Museu Nacional) com maior profundidade *Arraial e Coronel*, de Lena Castello Branco Ferreira Costa (1978); *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969), *Latifúndio e Proletariado*, de José Cesar Gnaccarini (1980), o texto de Henri Lefebvre “Problemas de Sociologia Rural”, que integrava o volume organizado por Martins denominado *Introdução Crítica à Sociologia Rural* (1986); *Os sertões de Leste*, de Paulo Mercadante (1973), *Os Errantes do Novo Século*, de Douglas Teixeira Monteiro (1974). Este último marcou profundamente a minha formação e o releio e “treleio” até hoje, num esforço de compreensão mais maduro de sua profundidade interpretativa. Lia também, sucessivamente, vários livros de Martins, entre os quais quero destacar *Os Camponeses e a Política no Brasil* (1981), *Expropriação e Violência* (1980) e *O Cativo da Terra* (1979). Foi também por orientação sua que li diversos livros de Auguste de Saint Hilaire, este botânico que deles se valia como pretexto para descrições minuciosas da Província de Minas no século XIX.

Martins era mais que um orientador; era uma pessoa de pensar, que me auxiliava nesta difícil tarefa, que me estimulava a pensar mais e criativamente sobre os sujeitos de minha pesquisa – camponeses da região mais pobre do Nordeste de Minas, mas donos de uma riqueza cultural que franqueava uma interlocução da qual participava e participo, pela arte, pela festa, pela roça, pelo lado trágico de suas vidas. Um trabalho etnográfico que o tempo todo se demarcava como Antropologia Jurídica, o direito costumeiro em atrito com o direito oficial, e que nas conversas sobre os relatórios de campo se transformavam muitas vezes em comentários complementares ou contrastantes com a pesquisa do orientador, então em andamento na Amazônia.

Numa carta, dizia-me José de Souza Martins:

Uma tutameia é pouco pelo trabalho. O que o trabalho vale é o salário. A tutameia é o não salário, é a exploração a descoberto. O que você chama de palavra silenciada dos dominados é um apalavra clara. Num certo momento [do relatório], você captura a consciência do fazendeiro juntamente com a relação social que a sustenta, que a alimenta ‘ao receber licença (para plantar), deve-se licença’. Esta reciprocidade deveria ficar mais clara no seu mapeamento do universo do pequeno produtor: o movimento que define concretamente a percepção que ele

tem das coisas. Tutameia e despesa são incompatíveis: onde há uma não há outra. A despesa recria o trabalhador e o seu trabalho [...]. A tutameia é a mediação que mostra ao trabalhador a um só tempo, o seu trabalho, a sua exploração, o seu explorador, o mundo novo do salário, a nova exploração que ainda não pode se vista. [...] Por isso é muito importante recuperar as relações sociais mais além das palavras com que são batizadas; há relações pagãs nesse universo do pequeno produtor – o revelado e o oculto, o transparente e o opaco, o visível e o invisível³.

Em outro parágrafo, Martins comenta:

Vou indo, gritando. Não há tempo para falar, só para gritar. Reuni um pouco desse trabalho de gritar num livro pequeno – Expropriação e Violência. Sai logo. Nele incluo o meu depoimento da CPI da Amazônia, convocado que fui para a Câmara dos Deputados. Falei do trabalho escravo, falei de violências, de injustiças, de um sistema que oprime. Houve escassos interessados. O que me preocupou mesmo foi minha proposta de por fim aos incentivos fiscais, a besta fera. Nem um comentário sobre a escravidão dos peões perdidos na mata, no silêncio febril da malária, no desamparo policiado pelo jagunço. Três horas inúteis. Dias preparando o depoimento. [...]⁴.

Nesta época, chegamos a nos encontrar na Inglaterra, no Center for Latin American Studies da Universidade de Cambridge, Martins como *visiting scholar* e eu como *visiting student*. Foi sua a proposta de que eu permanecesse em Cambridge, por um ano.

Ao retornar ao Brasil ainda me faltavam quatro anos para a defesa da tese. Conclui finalmente em 1984. Transformado em livro, recebe o nome de *Os Deserdados da Terra* (Moura 1988). Martins o prefacia:

Neste livro, alguns mitos inúteis são desfeitos. As artimanhas judiciais, os ardis dos processos, a malícia dos advogados, a cobiça dos patrões, a forma justa da injustiça estão presentes. A mitificação do trabalho assalariado, feita por partidos, grupos, instituições que têm se proposto a defender os trabalhadores contra a injustiça, acabou transformando

3 Carta de José de Souza Martins, datada de 8 de maio de 1980.

4 Idem.

o que era na prática uma luta pela terra numa luta pelos direitos trabalhistas. E liberando a terra, sem grandes ônus para o latifúndio e a oligarquia. É quando o direito fica torto (Moura, 1988, p. XIII, grifo meu).

O mesmo direito torto deve legalidade à ocupação das terras de chapada pelas reflorestadoras, amamentadas nas tetas gordas dos incentivos fiscais, dinheiro do povo convertido em subsídio para o grande capital engordar ainda mais, invadir terras, expulsar trabalhadores. Terras usadas em comum, desde tempos antigos, pelos lavradores das grotas, aí criavam seus animais colhiam seus frutos, sepultavam seus mortos. A terra de todos foi convertida pelo capital na terra de ninguém da violência e da expulsão [...] (Moura, 1988, p. XIV).

Inicia-se, com minha entrada para o departamento de Antropologia, uma relação de ex-aluna agora colega. Nossa reciprocidade diminui, mas sempre que ele ou eu publicávamos um livro novo, nos presenteávamos; ensaiávamos a dádiva, a troca maussiana.

Novos e cativantes campos de estudo chamam minha atenção. O mais importante: o nascimento da Antropologia Cultural e a obra de Franz Boas. Mas as iniciações científicas, as dissertações de mestrado e teses de doutorado que agora me cabem orientar continuam escolhendo a sociedade rural como temas de pesquisa.

Chega então uma cartinha de Roma, manuscrita, onde Martins me conta a razão de sua viagem, como já tinha feito em várias ocasiões:

Querida Margarida

Recebi sua carta apenas poucos dias antes de viajar para cá, no dia 16. É que a USP viveu uma longa greve de cerca de 60 dias, por questões salariais [...]. Cumprimento-a pelos êxitos mencionados – pessoais e familiares. É assim mesmo que tem que ser. É um modo de contornar as difíceis condições de trabalho lá no Brasil e de fazer do trabalho intelectual o que ele deve ser fonte de prazer. [...]

Vim à Itália onde fico até 9 de dezembro para o lançamento da edição italiana de “Não há terra para plantar neste verão”⁵ e o lançamento de dois outros livros (um publicado na Bélgica, em inglês) para os quais escrevi capítulos. Estou aqui também para falar em dois seminá-

⁵ Publicada em 1988.

rios (um dos quais foi hoje em Florença), o mais importante dos quais será sobre as classes subalternas no final do milênio. Além disso, deixei com o editor no Brasil, um novo livro, para abril. Dê notícias⁶.

Martins e eu, já colegas, nos encontramos agora no cafezinho da FFLCH. Surpreendendo-me bastante quando Martins solicita que eu aceite orientar uma excelente antropóloga, aluna sua, Maristela de Paula Andrade, com quem aprendo mais que ensino. Esta passagem sela minha permanente amizade com Maristela, sempre em contato com Martins e comigo, desde então.

Estou lá no Salão Nobre assistindo ao concurso de Martins para livre docente. A fatura de sua obra não dá tempo para tomar o fôlego durante tantas leituras. Contudo, lembro-me que, finalizada a apresentação da tese, um dos arguidores pergunta a ele o seguinte: – Afinal, o senhor acha mesmo que existe um campesinato no Brasil? Ao que ele prontamente responde: – Existe sim um campesinato, e com regras!

Tenho a impressão de que seu último contato epistolar comigo se deu num momento um tanto difícil pelo qual passou:

Agradeço-lhe a prontidão e a disponibilidade generosa na doação do teu sangue. Espero não ter necessidade dele. Mas, se tiver, isto nos fará parentes e irmãos, além de muito amigos, que já somos. Além do mais pode até ser que eu possa me tornar poeta como você, um talento belo, que admiro⁷.

Trecho de obra

Estas notas sobre aquilo que o próprio autor denomina de *desenvolvimento desigual* da sociedade brasileira resultam da importância, que, a nosso ver, deve ser dada aos trabalhos de José de Souza Martins, pelo papel crítico por ele desempenhado em determinado momento e dali em diante, tanto com relação aos “esquemas explicativos” sobre a agricultura brasileira, quanto em relação à sociologia acadêmica, que ele se propõe a analisar, desvendando as próprias bases desse conhecimento⁸.

6 Carta de José de Souza Martins, datada de 20 de novembro de 1988.

7 Bilhete de José de Souza Martins, datado de 16 de novembro de 1990

8 O conjunto de obras citadas neste texto será: Capitalismo e Tradicionalismo (1975), A Imigração e a

Notas deste tipo, por mais modestas que sejam suas ambições explicativas, teriam sempre algo das implicações que Pierre Bourdieu assim visualizou:

il faut apercevoir et poser que le rapport qu'un créateur entretient avec son oeuvre et, par là, son ouvre elle même, sont affectés par le système de relations sociales dans lesquelles s'accomplit lá création comme acte de communication ou plus précisément, par la oposition du créateur dans la structure du champ intellectuel (elle même fonction, au moins pour une part, de l'oeuvre passée et de l'accueil qu'elle a reçu) (Bourdieu, 1966, p. 865)⁹.

Neste sentido, situamos Martins como um crítico do conceito de desenvolvimento, questionando simultaneamente a unilinearidade e o dualismo presentes em autores da década de sessenta, que tinham naquele momento uma maior *autoridade* das suas análises – valho-me ainda de um conceito de Bourdieu¹⁰.

A crítica do aspecto linear, por etapa, desse raciocínio se associaria a outro, o dualismo, que implicaria na superação de um polo pelo outro. O autor estava assim se voltando contra o positivismo expresso nas sociologias especiais que compartimentalizam a realidade. Assim, questionar as características da sociedade agrária brasileira significa também questionar a sociologia do desenvolvimento e a sociologia rural (Martins, 1975, introdução; Martins, 1973, p. 29 e ss).

Assim ele coloca a questão, num artigo de 1971:

A modernização é um problema, cuja extensão e profundidade devem ser claramente formuladas do ponto de vista sociológico. [...] A situação agrária, tal como foi descrita, não constitui uma “aberração” ante o desenvolvimento atingido pela sociedade urbana brasileira. Ao con-

Crise do Brasil Agrário (1973), Sobre o Modo Capitalista de Pensar (1978), O Cativo da Terra (1979) e Não há terra para plantar este verão (1988). Deixamos de lado outros trabalhos, não só pelo pouco conhecimento que ainda dispomos sobre eles, mas também atendendo, no segundo caso, ao pedido do autor de não citar prematuramente artigos de circulação restrita.

9 “Deve-se aperceber e colocar que a relação que um criador tem com sua obra e, por isto, sua obra propriamente dita, são afetadas pelo sistema de relações sociais nas quais se deu a criação, como um ato de comunicação, ou mais precisamente, pela posição do criador na estrutura do campo intelectual (função ela própria, ao menos em parte, das obras passadas e da acolhida que elas receberam)”.

10 Reportando-nos às escolas e/ou academias, diz este autor que mais do que esquemas de pensamentos particulares ou particularizados, seu papel é o de fornecer aquela disposição geral... passível de ser aplicada em domínios diferentes do pensamento e da ação (Grifo meu).

trário do que ideologicamente parece, a situação agrária não é produto da “impossibilidade” cultural e social do homem rural de acompanhar o “progresso” do país, nem é produto, portanto, de valores, concepções e caracteres de personalidade incompatíveis com o desenvolvimento econômico. Essa condição periférica, mas integrante do desenvolvimento brasileiro é o ponto de partida para questionar o problema de modernização, seja dos meios de produção, seja das relações de produção, seja das concepções que integram esses fatores no processo produtivo (Martins, 1973, p. 29).

Martins refletia, nesse texto, sobre a constatação de que o campo brasileiro já vivenciava então, uma contraditória experiência: ao mesmo tempo em que é alvo de estímulos à capitalização – aqui entendida como relações capitalistas fundadas numa relação assalariado-empresário rural –, ele desempenha o pesado ônus de baratear os custos da produção industrial. Ora esse barateamento parece guardar íntima relação com a manutenção de formas econômicas não especificamente capitalistas no campo.

No momento em que as vias de questionamento estão, assim, empiricamente abertas, o autor envereda pela crítica à sociologia, que já se esboçara na tese de doutoramento, em 1970 (Martins, 1973, p. 29 e ss). Trata-se de retomar Tönnies e Durkheim, e analisar os pressupostos teóricos que norteiam oposições tais como comunidade/sociedade e solidariedade mecânica/solidariedade orgânica.

A apreensão do concreto (Martins, 1978, p. 43) através de oposições duais se reveste, no âmbito de uma sociologia especial, que é a Sociologia Rural, da ideia de que um dos pares superará/absorverá o outro. Caberia à *sociedade, ao moderno*, liderar esta absorção, instaurando-se assim uma unicidade que livraria a vida social de toda uma série de distorções. O rural está basicamente representado pelo primeiro par das duas oposições mencionadas no parágrafo anterior. Neste modo de apreensão da realidade, torna-se impossível interrogar até que ponto modos de existência situados na periferia capitalista foram produzidos pelo próprio capitalismo (Martins, 1973, introdução).

Esta formulação é levada às últimas consequências em 1976, quando o autor rompe definitivamente com as sociologias especiais (Martins, 1978).

O recorte da sociedade, mais explicitamente da sociedade

capitalista, em esquemas duais, nos quais a cidade e o campo parecem reificados, obscurece recortes mais importantes para a apreensão das tensões que a caracterizam, como, por exemplo, o das diferenças cruciais entre cálculo econômico camponês e o cálculo econômico capitalista.

Não é seu objetivo negar o rural, mas, partindo-se do entendimento de que ele é parte de um *modo de construir a realidade social*, problematizar esta realidade noutros termos, que não os da Sociologia Rural.

Deste modo, a obra de José de Souza Martins efetua uma trajetória de duas fases; não nos arriscaríamos a, dualisticamente, dissociá-la em duas partes, haja vista os percalços deste tipo de análise que este mesmo autor se propôs a desvendar. Ao mesmo tempo em que vai se valer de pesquisas concretas sobre a sociedade brasileira, nas quais a premissa do desenvolvimento enquanto processo tenso, contraditório e desigual deve ser apreendido, enveredando pela análise dos pressupostos históricos e sociais que permitiram o aparecimento de disciplinas e autores (no caso, a sociologia geral e especial e os sociólogos) contra os quais o seu próprio modo de pensar se antagoniza, critica-os de uma perspectiva teórica e também por meio do *trabalho de campo*, condição indispensável para as interlocuções com os sujeitos da pesquisa¹¹, que vão revelar particularidades e diferenças.

O conceito de *expropriação sucessiva* se forja com a constatação de que o capitalismo nem sempre atinge o camponês expropriando-o parcial ou totalmente de suas condições de produção, mas vinculando-o à lógica do capital.

No estudo denominado “Modernização Agrária e Industrialização no Brasil”, dois exemplos do Vale do Paraíba paulista servem para demonstrar tal raciocínio (Martins, 1975, p. 11-14).

Ao verificar a contabilidade de fazendas produtoras de leite, no Vale, confirma dados anteriores obtidos por Miller Paiva, de que inúmeras delas apresentavam rendimentos líquidos negativos em seus livros de contabilidade. O que sucede então e que justifica que inúmeras delas não “quebrem” do ponto de vista do cálculo capitalista?

Isto se deve ao fato de que seu lucro provém de um contexto aparentemente exógeno ao quadro, ou seja, o fato de que os

11 Conforme Roberto Cardoso de Oliveira (1998 p. 27-28).

empreendimentos do Vale compram parte do leite das mãos do pequeno produtor familiar da montanha (Alto Paraíba) que lhe vende a qualquer preço. *A produção camponesa da montanha subsidia, desse modo, a produção de leite do Vale (do Paraíba)*. Neste caso, o sobretabalho do pequeno produtor se materializa em lucros da propriedade empresa. A contabilidade em si mesma não era capaz de externar a relação “escondida” que vincula a pequena produção da montanha com o grande empreendimento do Vale.

Ao concluir o artigo, afirmava ele que na produção familiar da montanha há uma economia *à margem* (grifo meu) das relações monetárias, das relações sociais abstratas da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da condução racional com relação aos fins seculares (Martins, 1975, p. 11-14).

Mas, tratar-se-ia realmente de uma economia *à margem*? Não é este mesmo autor que está falando de dois tipos de produtor, o “empresarial” e o “não-empresarial” (Martins, 1975, p. 22), ambos presentes no meio rural brasileiro, produzindo para o mercado, produzindo mercadorias?

Assim sendo, cabe citar um trabalho posterior, onde a aparente contradição de suas ideias é sintetizada.

Na verdade, diz ele, então,

[...] a extensão do capitalismo ao campo não se dá simplesmente pelo advento de relações de produção baseadas na venda e na compra da força de trabalho, isto é, na apropriação privada dos meios de produção. Na verdade, o capitalismo se estende ao campo quando se institui a propriedade capitalista da terra, através da classificação desta como equivalente de capital, isto é, renda territorial capitalizada. Esta última vincula imediatamente a atividade produtiva camponesa aos requisitos de reprodução ampliada do capital e às leis de mercado. Entretanto, essa passagem não é visível para o camponês, mas apenas aspectos dela, como o de que o seu produto é real ou potencialmente mercadoria, cujo destino escapa ao controle do produtor. (Martins, 1973, p.25, grifo meu).

Assim, só pode assenhorar-se da terra através de um sobretabalho que deve realizar-se em dinheiro no mercado, conforme as leis do mercado, para se constituir em capital que pague a terra e que, assim, se transforme em renda territorial capitalizada. A existência

do camponês não se determina mais diretamente pela sua relação com a natureza. Ela se determina pela renda capitalizada, isto é, pelo conjunto das relações da sociedade capitalista. Entre ele e a terra se interpõe essa mediação. Todavia, na sua experiência real, continua trabalhando a terra sem se aperceber do verdadeiro sentido das mudanças ocorridas (Martins, 1973).

Recriando as formas camponesas, o capitalismo estaria fornecendo, ele próprio, as bases para a reincorporação e manutenção do tradicionalismo, outra noção fundamental na obra do autor. O tradicionalismo aparece basicamente nas características culturais de grupos assim organizados, tais como o trabalho familiar, a manutenção do sítio camponês, a herança da terra preferencial aos filhos homens, que poupa os patrimônios da fragmentação, a evitação do cativo, expresso na peonagem e no assalariamento, e o trabalho temporário fora do sítio de modo a salvaguardar, com os ganhos obtidos temporariamente em plantios e colheitas fora da comunidade de origem, a manutenção dos parentes que permanecem na comunidade. Práticas camponesas que são mantidas ou recriadas neste contexto redefinido e que têm como papel principal a manutenção da condição camponesa.

O conceito de tradicionalismo é retomado de tal modo que se desvincula o seu compromisso com o dualismo implícito nos conceitos de tradicional *versus* moderno.

Para Martins, é o capitalismo que reinaugura o tradicionalismo. Tradicionalismo que é de fato tradição, pois não é tradicional no sentido de oposição ao moderno, mas genuinamente modo de vida camponês.

É aí que ganha sentido a incursão simultânea que o autor empreende na Sociologia do Conhecimento, buscando desvendar e criticar o dualismo enraizado na própria Sociologia, enquanto disciplina acadêmica¹², e nas sociologias especiais que são, deste modo, viabilizadas, por exemplo, na Sociologia Urbana versus Sociologia Rural.

Martins se vale do conceito de *economia de excedente* para compreender as formas de pequena produção, tais como, o sítio camponês, a posse camponesa e as terras de uso comum, que existem simultaneamente à produção capitalista no campo brasileiro.

O conceito de economia de excedente se forja num contexto

¹² Ver o capítulo "As coisas no lugar" (Martins, 1973).

extremamente particular da análise, que é o momento em que a produção familiar parece poder optar em colocar ou não um excedente no mercado, não estando ameaçada a sua reprodução social nem numa opção, nem na outra. O excedente resulta no caso de fatores de produção excedentes que, se não vierem a ser utilizados de modo a produzir algo vendável, ficariam destinados à totalidade do produto obtido para o consumo doméstico.

A configuração concreta do tipo de excedente que esta produção camponesa gera está clara. Contudo, a noção construída para designá-la precisa ser explicada.

Excedente é uma noção que se destina à discussão de qualquer sistema econômico. Seja sob a forma de poupança forçada por parte dos trabalhadores, seja por parte de investimentos em bens de consumo pelas classes urbanas, seja ainda sob a forma de um excedente cerimonial, tal como se configura em sociedades indígenas, como bem aponta Godelier, o conceito de excedente, desde que depurado de uma utilização determinista do desenvolvimento econômico, sem pretensões explicativas de cunho absoluto, permite mostrar como se dá a reprodução em diversos sistemas econômicos *nas suas particularidades*. Contudo, não se destina, a nosso ver, a conceituar nenhum sistema econômico em *particular*¹³.

Nesse sentido, a noção de economia de excedente é duplamente problemática: em primeiro lugar porque *batiza* uma economia com tal característica, que na verdade está presente de modo específico em diferentes sistemas econômicos. Em segundo lugar porque assim como foi possível ver tão claramente *excedente* nos meios de produção no campesinato de montanha analisado em São Paulo, é difícil pensar outros casos de campesinatos cuja produção esteja ancorada em circunstâncias semelhantes. Pelo contrário, um uso intensivo da terra, uma auto-exploração ainda mais extrema do trabalho familiar, parecem ser suas características mais marcantes, tornando o “excedente”, nesses casos, dotado de características que de nenhum modo se explicariam por fatores de produção postos em disponibilidade.

O conceito de economia excedente explica corretamente o exemplo concreto encontrado em sua análise, mas no nosso entendimento aí cessa o seu potencial explicativo.

¹³ Ver, a propósito, o debate dos antropólogos econômicos sobre a questão do excedente (Godelier, s/d, p. 338-341).

Do que pudemos depreender, o autor aproximou cada vez mais seus questionamentos da teoria em que a *renda da terra* passou a ocupar o lugar central. É nesse quadro que se inscreve uma abordagem definitivamente incorporada pelo autor, de que, ao lado de relações de produção especificamente capitalistas, subsistem relações submetidas formalmente à lógica do capital. Nestes casos, incluem-se não só os sitiantes, mas toda uma gama de relações de trabalho em que a autossustentabilidade do camponês é produzida, total ou parcialmente, na terra, por ele mesmo e sua família.

Neste sentido, está a crítica mais densa de Martins à noção da penetração do capitalismo no campo. Noção pobre, além de abusivamente utilizada pelas mais variadas orientações teóricas. A lógica do capital suscita a formação da renda territorial capitalizada. Trata-se de formação não de penetração.

Referências

Fontes primárias:

MOURA, Margarida Maria. Arquivo. Cartas Acadêmicas. s/d.

Fontes secundárias:

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de índio**: identidade étnica e conflito em terras de uso comum. São Luís: Ed. da UFMA, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Champ Intellectuel et Projet Créateur. **Les Temps Modernes**, nov., n. 246, 1966.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. **Arraial e coronel**: estudos de história social. São Paulo: Cultrix, 1978.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e Irracionalidade na Economia**. Trad. Maura R. Sardinha. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s/d.

GNACCARINI, José César. **Latifúndio e proletariado**: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Polis, 1980.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. Pioneira: São Paulo, 1973.

_____. **Capitalismo e Tradicionalismo** (Estudos sobre as condições da sociedade agrária no Brasil). São Paulo: Pioneira, 1975.

- _____. **Sobre o modo capitalista de pensar.** São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. **O cativo da terra.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. **Expropriação e Violência** (A questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- _____. **Não há terra para plantar neste verão** (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- _____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. (org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: Hucitec, 1986.
- MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste:** estudo de uma região, a mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século:** um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra:** parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. **Os deserdados da terra:** A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MARX, Karl. **Le Capital** – Critique de L'Économie Politique. Paris: Éditions Sociales, 1974.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** São Paulo/Brasília: Unesp/Paralelo 15, 1998.

Recebido em 01/09/2013

Aprovado em 15/09/2013

